

A ADAPTAÇÃO DE INSTRUMENTOS TECNOLÓGICOS E O PROCEDIMENTO AVALIATIVO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**THE ADAPTATION OF TECHNOLOGICAL INSTRUMENTS AND THE EVALUATION PROCEDURE IN INCLUSIVE****MELO, Cícero Ridalro Gonçalves de**

Graduado em Pedagogia pela URCA (Universidade Regional do Cariri). Graduado em Matemática pela URCA (Universidade Regional do Cariri) Pós-Graduado em Matemática pela EDUCON (Tecnologia em Educação Continuada) Mestrando em Ciências da Educação pela UTIC (Universidade Tecnológica Intercontinental)

MELO, Djane Gomes Gonçalves de

Graduada em Pedagogia pela IJES (Instituto Juazeiro de Educação Superior)

MELO, Bruna Freitas Ricarte de

Graduada em Pedagogia pela Faculdade KURIOS. Pós-Graduada em Psicopedagogia clínica e institucional pela UNI-JUAZEIRO

GONÇALO, Francisco Renan Barbosa

Graduado em Letras pela URCA (Universidade Regional do Cariri). Pós-Graduado em Psicopedagogia pela Faculdade FUTURA

RESUMO: O presente estudo tem como tema “a adaptação de instrumentos tecnológicos e o procedimento avaliativo na educação inclusiva”, tendo em vista inúmeras inquietações a respeito do verbo infinitivo avaliar. O objetivo deste artigo é reconhecer e aplicar diferentes metodologias que incrementam políticas de inclusão para que possibilite a aprendizagem do estudante com autismo na escola regular de ensino. Considera-se que na avaliação é fundamental reconhecer a dessemelhança das habilidades de cada aluno, utilizando nesse procedimento abordagens inclusivas com investidas adaptativas para garantir uma aprendizagem justa e significativa. Os fundamentos da abordagem têm caráter qualitativo, onde os principais procedimentos utilizados foram coleta de dados, entrevistas, relatórios e observações, na abordagem do acompanhamento e evolução envolvendo a estudante de 1º ano do ensino médio: Maria Isadora Gonçalves de Melo, acompanhada da professora do AEE (Atendimento Educacional Especializado) Bruna Freitas Ricarte de Melo titular do colégio estadual Plácido Aderaldo Castelo no município de Caririáçu estado do Ceará. Acrescenta-se também os valiosos depoimentos da segunda entrevistada: A cuidadora Regina Felix Roque Valentim. Os resultados apurados mostraram que o estudante com TEA (Transtorno do Espectro Autista), apresentam dificuldades e vagariedade na aprendizagem, no caso específico da aluna em estudo, apresenta também baixa visão, onde aumenta os desafios. Todavia, é importante confiar nos recursos didáticos e compreender que a metodologia de ensino é vasta e flexível, aumentando assim a qualidade no ensino. Outros recursos tecnológicos que merecem destaque: TA (Tecnologia Assistiva), as TICs (Tecnologia de Informação e Comunicação), Plataforma 123 autismo dentre outras, que sem dúvida proporciona qualidade no ensino, autonomia e independência no desenvolvimento do educando.

Palavras-chave: Avaliação inclusiva, metodologia tecnológica, avaliativa.

ABSTRACT: The present study has as its theme “the adaptation of technological instruments and evaluative procedure in inclusive education”, in view of numerous concerns about the infinitive verb evaluate. The objective of this article is to recognize and apply different methodologies that increase inclusion policies to enable the learning of students with autism in regular schools. It is considered that in the evaluation it is fundamental to recognize the dissimilarity of the abilities of each student, using in this procedure inclusive approaches with adaptive investments to ensure a fair and meaningful learning. The fundamentals of the approach have a qualitative character, where the main procedures used were data collection, interviews, reports and observations, in the approach of monitoring and evolution involving the student of 1st year of high school: Maria Isadora Gonçalves de Melo, accompanied by the teacher of the AEE (Specialized Educational Service) Bruna Freitas Ricarte de Melo holder of the state school Plácido Aderaldo Castelo in the municipality of Caririáçu state of Ceará. The results showed that the student with ASD (Autism Spectrum Disorder), present difficulties and slowness in learning, in the specific case of the student under study, also has low vision, where the challenges increase. However, it is important to rely on didactic resources and understand that the teaching methodology is vast and flexible, thus increasing the quality of teaching. Other technological resources that deserve to be highlighted: AT (Assistive Technology), ICTs (Information and Communication Technology), Platform 123 autism among others, which undoubtedly provides quality in teaching, autonomy and independence in development within the limitations of the learner.

Keywords: Inclusive evaluation, technological methodology, evaluative.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino vem despertando importantes tomadas de decisões com respeito aos direitos fundamentais, legais e metodológico. As entidades normativas designadas aos direitos a inclusão social analisam e orientam estilos diversificados bem como ritmos de aprendizagens diferenciadas que são peculiares a cada indivíduo. O resultado do sistema inclusivo na sua essência é muito lento o que implicam num complexo esforço coletivo com recursos didáticos e implementos de parcerias. São diversas estratégias de ensino somadas a intermináveis associações educativas seja ela dentro da comunidade escolar ou fora dela, todos devem colaborar e discutir a melhor forma curricular apropriada a formação do discente. Em passos lentos, porém gradativamente essa ideia da defesa da inclusão vem ganhando minúsculos espaços na esperança de uma educação de qualidade para todos.

As escolas com propostas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizações, estratégias de ensino, recursos e parcerias com as comunidades. A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes (VELTRONE; MENDES, 2007, p. 2).

Nesse sentido, o conjunto escolar busca promover a difícil inclusão integral do autista em sala de aula regular, faz-se necessário que os profissionais de educação que nela atuam tenham uma formação adequada e especializada. Com isso, permitem-lhes conhecer as características peculiares atuando diretamente nas dificuldades individuais de cada indivíduo. Os novos posicionamentos e as atualizações do currículo pedagógico perante atuação direta com o discente com TEA (Transtorno do Espectro Autista), exige do professor um fiel aperfeiçoamento adequando suas modificações metodológicas na prática de ensino. A formação continuada e o aprimoramento pedagógico desses profissionais da educação são fatores essenciais para o desenvolvimento e formação do educando, na esperança da melhoria dos resultados efetivos da inclusão social, que, por sua vez é um processo lento que depende de um complexo ânimo coletivo e sobretudo investimentos de recursos didáticos, tecnológicos e físicos (SILVA; BROTHERHOOD, 2009).

2 MARCO TEÓRICO

2.1- LEIS NACIONAIS QUE AFIANÇAM A INCLUSÃO ESCOLAR

Detalha-se algumas leis nacionais que amparam e estabelecem suporte à inclusão escolar, que, na maioria dos casos refere-se às pessoas com algum tipo de deficiência dentro do processo de aprendizagem educativa. As leis em gerais, ocasionam importantes avanços na abordagem do direito de acesso igualitário à educação. Recomenda-se ainda que o acesso mencionado à educacional deve ser abarcado em todos os níveis e modalidades da educação, sem quaisquer cobranças extras por parte das entidades escolares pela implementação dos recursos financeiros e dos investimentos na acessibilidade. Há um embate com relação a matrícula do estudante autista, por exemplo, ser matriculado na rede regular de ensino. O texto em destaque enfrenta dura oposição de vários educadores que estudam o assunto a fundo, ressaltam que o texto não cita explicitamente que em vez de escolas especiais, sejam matriculados na rede regular de ensino. Destacam que o Ministério da Educação (MEC) está revisando a atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), que é do ano de 2008. Vejamos algumas leis nacionais que amparam à inclusão escolar em ordem cronológica:

1961 – Lei Nº 4.024: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) fundamentava o atendimento educacional às pessoas com deficiência, chamadas no texto de “excepcionais” (atualmente, este termo está em desacordo com os direitos fundamentais das pessoas com deficiência). Segue trecho: “A Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade”.

1988 – Constituição Federal: O artigo 208, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.

1990 – Lei Nº 8.069: Mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Nº 8.069 garante, entre outras coisas, o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações



e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição.

1996 – Lei Nº 9.394: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em vigor tem um capítulo específico para a Educação Especial. Nele, afirma-se que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. Também afirma que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”. Além disso, o texto trata da formação dos professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

2007 – Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): No âmbito da **Educação Inclusiva (EI)**, o PDE trabalha com a questão da infraestrutura das escolas, abordando a acessibilidade das edificações escolares, da formação docente e das salas de recursos multifuncionais.

2008 – Decreto Nº 6.571: Dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica e o define como “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”. O decreto obriga a União a prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino no oferecimento da modalidade. Além disso, reforça que o AEE deve estar integrado ao projeto pedagógico da escola.

2019 – Decreto Nº 9.465: Cria a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, extinguindo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). A pasta é composta por três frentes: Diretoria de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio a Pessoas com Deficiência; Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos; e Diretoria de Políticas para Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras.

Disponível em :<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/> Acesso: 25 ago. 2023.

Considerando-se as características dos estudantes com TEA, relacionadas em especial às dificuldades de comunicação e interação social, a educação inclusiva é considerada de fundamental importância para o desenvolvimento desses estudantes e constitui um direito para os mesmos. “A inclusão escolar promove aos estudantes com TEA oportunidades de convivência com outros estudantes da mesma idade, tornando-se um espaço de aprendizagem e desenvolvimento social” (FILHO; LOWENTHAL, 2013, p. 134). É importante observar que os estudantes com TEA possuem um estilo cognitivo diferenciado, exigindo estratégias de ensino específicas e recursos didáticos adaptados (MORAES, 2004).

É formidável ressaltar que a Educação Inclusiva tem um conceito mais extenso, abrangendo não apenas os estudantes com algum tipo de deficiência como também todos aqueles alunos que por algum pretexto tenham negado o seu direito de permanecer incluídos em uma comunidade escolar regular de ensino. Inclui-se aqueles também que apresentam claramente pequenas dificuldades de concentração, conversação e intercâmbio social. Assim sendo, a inclusão escolar estabelece e procura nos estudantes com TEA (Transtorno do Espectro Autista) a oportunidades de convivência coletiva. Dessa forma, a inclusão educacional deve ser uma educação de qualidade para todos (SILVA, 2011).

Os avaliados têm o direito de ter suas características conhecidas, entendendo-se que suas deficiências e limitações não são atributos imutáveis, numa visão fatalista e determinística. “Este raciocínio se estende, também, às potencialidades identificadas que podem ser enquadradas e conformadas a padrões mínimos de desempenho (Delou, 2002, Apud Delou 2001).

Compreende-se que qualquer aluno com algum tipo de necessidades educacionais especiais têm o direito de serem acompanhados na realização das atividades diárias e conseqüentemente serem reconhecidos e enquadrados dentro do processo educativo. O mediador, com todo preparo, está a par das principais dificuldades de aprendizagem do educando para uma possível intervenção metodológica no intuito de agregar potencialidades e habilidades. É importante ressaltar que a inclusão no complexo processo educativo se depara com inúmeros desafios e limitações que, por sua vez, não são estagnadas nem imutáveis, necessita-se de diferentes intervenções pedagógicas visando a desenvoltura significativa do educando, tais intervenções feitas através de interatividade específicas que favoreçam a mínima evolução da aprendizagem.

3

3. MATERIAL E MÉTODO

AUTISMO 123: FERRAMENTA MATEMÁTICA QUE FACILITA O PROCESSO AVALIATIVO

Este método tecnológico matemático auxilia essencialmente os princípios de organização de contagem, estimula o raciocínio, estruturação das atividades e do tempo corrido, envolve e distrai a mente, a ferramenta

utilizada pelo estudante visa compensar os déficits característicos do espectro do autismo e proporcionar entretenimento e ganhos significativos para o convívio intelectual e social (FONSECA, CIOLA, 2014).

Nesse sentido a ferramenta tecnológica utilizada como instrumento para avaliar estudante onde visa contrabalançar os déficits característicos do autismo, Assmann (1998 apud Faria, 2001, p. 67) cita que: “A educação só alcançará a qualidade desejável quando gerar experiências de aprendizagem, criatividade para construir conhecimentos e habilidades para saber acessar fontes de informação sobre os mais variados assuntos”.

Por essas e outras razões, as metodologias de ensino voltado especificamente para alunos com qualquer grau de autismo exige uma cautela coletiva e uma imediata intervenção de toda comunidade escolar. Mira-se compensar as dificuldades e os déficits naturais existentes e específico dos alunos com espectro do autismo. Com as atividades lúdicas do cotidiano mesclada ao aplicativo “autismo 123” preferencialmente auxiliado por um profissional especializado na área, certamente diminui a desigualdade e alavanca a concentração em sala de aula. A inclusão destas metodologias e suas aplicabilidades citadas auxiliadas pelo profissional especializado promover um aprendizado eficaz estimulando um raciocínio lógico matemático bem como nas demais disciplinas.

Percebe-se que é de enorme importância a sintonia das responsabilidades pela educação que deve ser compactada em conjunto, visando o benefício dos indivíduos diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista. A coletividade pela educação é necessária para obter-se êxito na aprendizagem e o mínimo de evolução. Com isso o direito à inclusão é efetivado perante uma ação direta em forma de diagnóstico, que anteriormente verificado as necessidades individuais e as dificuldades do educando. Atividades diagnosticas são formas avaliativas que deve ser constantemente revista e aprimorada para que se descubra um perfil para uma intervenção de acordo com a necessidade de aprendizagem na busca constante da interação e da inclusão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

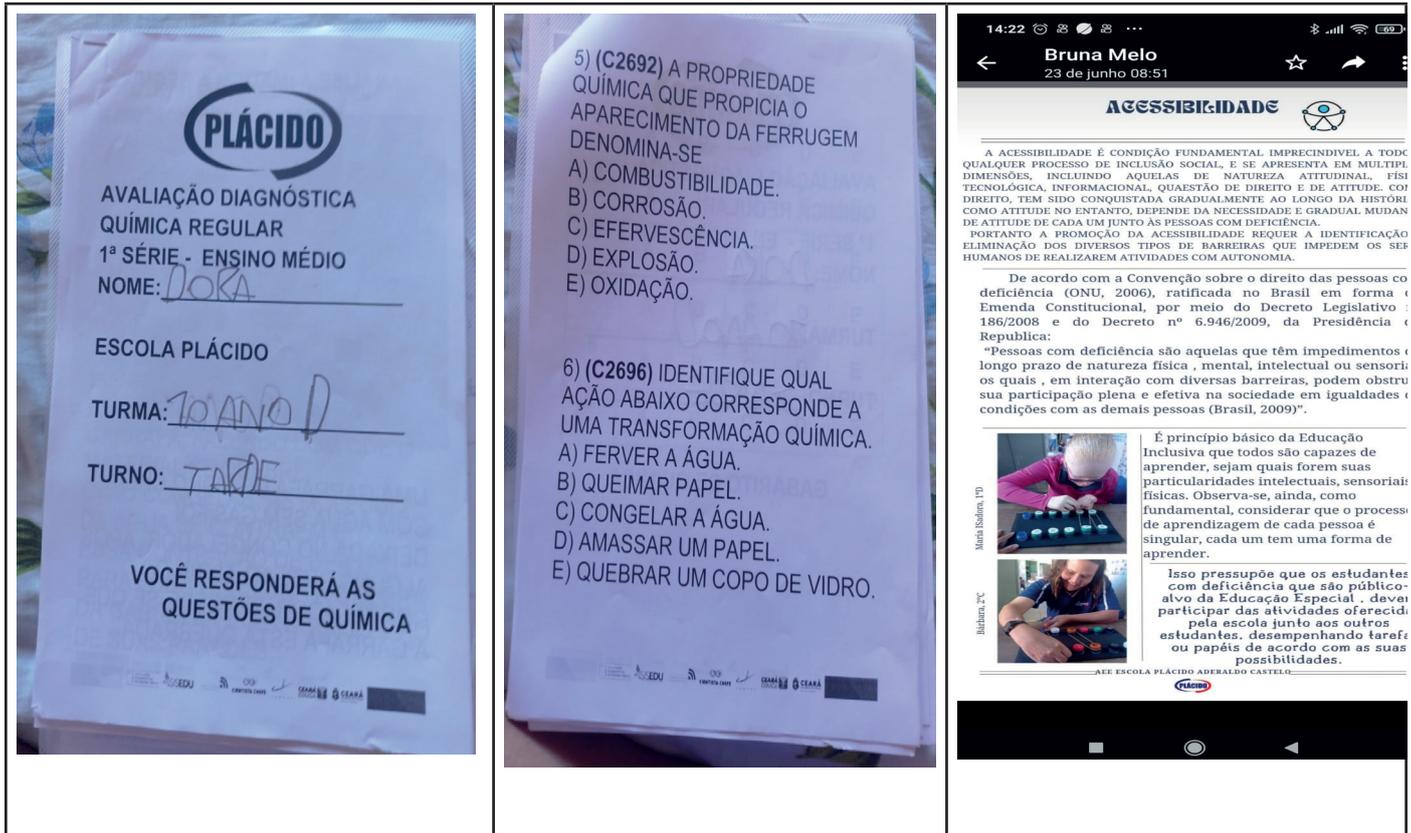
RELATO DE EXPERIÊNCIA: SERVIDORAS DA ESCOLA PLÁCIDO ADERALDO CASTELO EM CARIRIAÇU - CEARÁ

É necessário, propiciar tarefas contextualizadas e dinâmicas na perspectiva de procedimento avaliativo, presando o respeito e o ritmo de aprendizagem de cada indivíduo. Quanto aos procedimentos metodológicos analisa-se de forma sistemática, ainda vale salientar que a avaliação procura a ampla valorização da dimensão socioafetiva. Não há separação entre razão e emoção. Há uma preocupação com o desenvolvimento de valores necessários para uma vida saudável, solidária, para um ser humano sensível. É uma avaliação formativa, continuada e integrada ao ensino e à aprendizagem (VEIGA, 2008).

Nessa visão, destacamos relatos, fotos e entrevistas realizadas com duas funcionárias que atendem estudantes com necessidades educacionais especiais que estuda na rede regular de ensino da escola Plácido Aderaldo Castelo, município de Caririaçu no estado de Ceará. Instigou-se relevantes assuntos de natureza curricular, metodológicas e procedimentos avaliativos com alunos especiais, A tutora do AEE (Atendimento Educacional Especializado) Bruna Freitas (33a, Psicopedagoga) ressaltou que:

Ao tratarmos de avaliação inclusiva podemos afirmar que ela deverá estar atrelada à atenção diversificada, mediante a adaptação do currículo às diferentes características e necessidades educativas de cada educando. Logo, devemos ter atenção às especificidades de cada aluno para que ele possa avançar. Entende-se que cada aluno é único, independente da deficiência pois, isso quer dizer que serão levadas em consideração o nível de aprendizagem de cada indivíduo. A avaliação é realizada, por meios de observações nos avanços de cada aluno. De acordo com as habilidades de cada aluno foram feitas adaptações nas avaliações externas para atender a necessidade de cada discente. A exemplo disso, temos alunos com baixa visão em que, ampliamos a fonte do material para que ele pudesse ter acesso às provas que são enviadas pelo estado, como também selecionamos as questões de acordo com o entendimento da linguagem do aluno.

Figura 1: Avaliação diagnóstica de Química ampliada adaptada e trabalho sobre acessibilidade



Questionou-se em entrevista uma segunda funcionária da escola Plácido Aderaldo Castelo, na ocasião, presta cuidados a aluna autista Maria Isadora Gonçalo de Melo. Os questionamentos abordados tratam de alguns requisitos básicos tais como: Como é a convivência da aluna dentro e fora da sala? Ela está recebendo confiança de andar sozinha no pátio? Ela compreende as regras coletivas exigida pela escola? Regina Felix Roque Valentim (28a, Cuidadora) afirmou que:

Ela está aos poucos ganhando confiança e dominando de forma lenta uma forma própria de comunicação e pequena interação com os demais colegas. Na maioria das vezes, busca sozinha seu lanche na hora do intervalo, e compreende que lugar de lixo é na lixeira, isso parece irrelevante, todavia, eleva o nível de desenvolvimento do aluno identificando regras a serem cumpridas e que são exigidas dentro da sociedade. Os avanços são minúsculos, contudo, é essencial e faz toda diferença para a liberdade e consequentemente para a qualidade de vida do educando.

Figura 2: A aluna Maria Isadora demonstrando total confiança em relação as entrevistadas mencionadas



A qualidade de vida do educando autista, inicia na com pequenos detalhes, os quais fomenta a autonomia do educando avançando através de pequenas gestos, acatando os limites peculiares do indivíduo. Nesse processo, recomenda-se paciência que compreenda a necessidade do outro. O domínio da comunicação no intuito do ensino é essencial, tornando um poderoso procedimento metodológico natural, pois a boa dicção clara promove a cooperação e evolução entre os envolvidos. Os objetivos se tornam mais vivos e acessíveis quando ferramentas de aplicabilidade entram em conexão, nesse caso, o ouvinte e o falante. Nesse pensamento Moran (2009, p. 32) define:

Cada docente pode encontrar sua forma mais adequada de integrar as várias tecnologias e os muitos procedimentos metodológicos. Mas também é importante que amplie que aprenda a dominar as formas de comunicação interpessoal/grupal e as de comunicação audiovisual/telemática.

Para que o progresso e o desenvolvimento do discente seja acompanhado com mais clareza e precisão, diferentes formas de avaliação e metodologias deveriam ser refletidas e revistas ao longo do processo. É necessário mudanças na postura por parte do discente, bem como no método do professor no atendimento individualizado que contribui significativamente no êxito escolar. Visando colaborar para o desenvolvimento do aluno, a avaliação formativa quando incorporada no procedimento educacional regular, dá qualidade as práticas em sala de aula e atender as necessidades reais do aluno no sentido de manter os professores informados do controle da aprendizagem adquirida, bem como no sentido de identificar dificuldades e auxiliar a superá-las. (UNESCO, 1994).

[...] o processo avaliativo deve focalizar: o contexto da aula (metodologias, procedimentos didáticos, atuação do professor, relações interpessoais, individualização do ensino, condições físico-ambientais, flexibilidade curricular, etc.); o contexto escolar (projeto pedagógico, funcionamento da equipe docente e técnica, currículo, clima organizacional, gestão, etc.). (BRASIL, 1999, p. 57).

Identifica-se que para realização da avaliação formativa exige mudanças nos métodos e nas atitudes dos profissionais da educação. Solicita-se destes, uma espécie de mutação na função e execução como facilitadores da aprendizagem, são eternos aprendizes na conjuntura avaliativa junto aos estudantes, atuando de forma flexível e cooperativa. O diálogo é essencial para harmonizar o feedback sempre com o objetivo de promover o desenvolvimento e a autonomia do estudante. Essa metodologia avaliativa quando executada de forma verdadeira, seus resultados são surpreendentes e eficientes. Com formato de larga abrangência, a avaliação formativa invade nesse processo todo corpo escolar. Os gestores das entidades escolares, por exemplo, têm papel crucial numa perspectiva de uma gestão aberta e democrática para a contribuição na construção do conhecimento. É sabido que os avanços de resultados não são imediatos, são bem desafiadoras e envolve diferentes setores escolares e extra escolares. Espera-se dos alunos uma postura ativa gradual e responsável para a formação de seres participativos diante da construção da autonomia e do próprio conhecimento.

Figura 3: A aluna Maria Isadora nas atividades **Figura 4: O pátio da escola Plácido**

Maria Isadora, 1ºD



Para que aconteça a inclusão com o mínimo de qualidade, faz-se necessário uma análise aprofundada priorizando metas em conjunto com toda comunidade escolar, isso exige investimentos governamental de larga escala, citamos: Formação contínua dos profissionais, construção da estrutura física adequada, elaboração e



aplicação de projetos que garantam que visam a autonomia das pessoas com deficiência. recursos tecnológicos e métodos de avaliação adequados. Segundo Gil (2005, p.18):

[...] a melhor resposta para o aluno com deficiência e para todos os demais alunos é uma educação que respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais de cada aluno: uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças.

Para uma aprendizagem significativa e um desenvolvimento harmônico, os níveis das tarefas e propostas são peculiares para cada indivíduo, no intuito de avaliar o aprendizado do discente com necessidades educacionais especiais. A metodologia aplicada deve ser verificada com cautela por parte do professor. Nesse sentido, cada utensílio tecnológico deve ser averiguado e adaptado no emprego dos métodos convencionais. Tendo em mente que pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista) se distraem ou se desconcentram dos conteúdos propostos com certa facilidade (FERREIRA; FRANÇA, 2017) e têm significativas dificuldades com foco atencioso, na concentração explicativa em sala de aula e raciocínio lógico requeridos para aprendizagem de conceitos matemáticos (REDERD; SANTOS; HEES, 2018).

O professor necessita ter todo conhecimento das dificuldades do educando com necessidades especiais para que pedagogicamente possa estudar e potencializar o aprendizado dentro das limitações peculiares de cada indivíduo. Identifica-se a existência de outros alunos dentro do universo escolar que necessita de um apoio extra visando a melhor compreensão e desenvolvimento, assim favorece a evolução coletiva com equilíbrio dos conteúdos programáticos. O apoio do cuidador é de suma importância nesse processo, dando suporte no auxílio das rotineiras atividades, que se estende a toda classe quando exigido, seja o aluno com deficiência ou não. Esse profissional de apoio deve participar constantes formações e treinamentos especializados para exercer com concisão tal função. Almeja-se então, que esse profissional de apoio tão importante quanto o professor compreenda o conteúdo básico escolar aplicado na sala de aula para que o mesmo sirva de ponte de ligação complementando o avanço da qualidade de vida do aluno autista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino vem despertando importantes tomadas de decisões com respeito aos direitos fundamentais, legais e metodológico. Com o aumento considerado das TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação) nas escolas regulares de ensino, estimulou um avanço significativo na utilização de tais equipamentos pedagógicos, porém, ainda tímido por falta de manuseio adequado por parte do professor. Identifica-se que com a execução das mídias aumenta as possibilidades na qualidade da educação, desse modo, insulta as habilidades dos discentes.

Nota-se que, o avanço na perspectiva da inclusiva em grande escala é uma realidade longe de ser alcançada, a falta de investimentos em qualificar profissionais e na construção de salas padronizadas é um fator preocupante e que diminui a qualidade na educação inclusiva. A ausência de políticas organizacional gera atraso nos resultados, mesmo com inúmeras dificuldades e com pouquíssimos recursos, acreditemos no trabalho e no compromisso.

Conclui-se que para acontecer a avaliação formativa e a inclusão escolar, alterações de métodos devem ser revistos por parte dos profissionais da educação. Estes, devem atuar como facilitadores da aprendizagem, são eternos aprendizes na conjuntura avaliativa junto aos estudantes, atuando de forma flexível e cooperativa. O diálogo é essencial para harmonizar o feedback com o objetivo de promover o desenvolvimento e a autonomia do estudante com necessidades especiais. Quando os assuntos são relevantes junto a vivência do educando, o que chamamos de contextualização, tornando prazeroso em compreender, pensando assim, o aplicativo “autismo 123” é um método de ensino agradável voltado a matemática básica.

Finalizando a pesquisa, identificamos nas entrevistas que quando a aluna Maria Isadora quando insultada a pegar sua própria merenda na cantina, isso gera uma profunda liberdade automática que aumenta sua desenvoltura social. São esses pequenos e invisíveis gestos que dão qualidade e significado a educação. O processo é doloroso e lento, mas com esperança e perseverança acreditemos que tudo é possível, inclusive inclusão.

REFERÊNCIAS

_____. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. Secretaria de Educação Fundamental.





Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

CIOLA, J.C.B e FONSECA, M.E.G.F. Vejo e aprendo: fundamentos do Programa TEACCH: o ensino estruturado para pessoas com autismo. 1. ed. -- Ribeirão Preto, SP: **Book Toy**, 2014.

DELOU, C.M.C. **Parecer encaminhado ao MEC/SEESP, por solicitação, acerca do presente documento.** Mimeo, 2002.

FARIA, E. T. O professor e as novas tecnologias. In: ENRICONE, D. (Org.). **Ser professor**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. P. 57-72.

FERREIRA, M. M. M., FRANÇA, A. P. O Autismo e as Dificuldades no Processo de Aprendizagem Escolar. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, V.11, N. 38. 2017 - ISSN 1981- 1179.

FILHO, José Belizário; LOWENTHAL, Rosane. A inclusão escolar e os transtornos do espectro do autismo. In: SCHMIDT, Carlos (Org.). **Autismo, Educação e Transdisciplinaridade**. Campinas: **Papirus Editora**, 2013.

GIL, Marta. **Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?** Universidade de São Paulo, 2005.

LEAR, K. **Ajude-nos a aprender: Um Programa de Treinamento em ABA (Análise do Comportamento Aplicada) em ritmo auto-estabelecido.** Toronto, Ontario – Canada, 2ª edição, 2004.

MORAES, César de. **Estudantes Autistas na Escola. Revista Viva Saúde.** Disponível em: www.revistaviva-saude.uol.com.br. Acesso em: 20 ago. 2023.

SILVA, E. C. S. da. **A prática pedagógica na inclusão educacional de alunos com autismo.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

VEIGA, I P. A. V. (Org.) **Aula: Gênese, dimensões, princípios e práticas.** Campinas, SP: Papirus, 2008.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. **A formação docente na perspectiva da inclusão.** In: **IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores**, 2007. Disponível em: **A formação docente na perspectiva da inclusão: Científico (unesp.br)** Acesso em: 26 ago.2023.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, simplesmente pelo milagre da vida e do amor;

Meus pais, Ana Salustriano Melo e Cícero Barbosa Gonçalo pela compartilha do carinho e dos ensinamentos;

Todos os familiares: Isadora (razão do artigo) Djane, Renan, Isabela, Sandra, Fátima, Beatriz, Aninha, Nicolas, Yan, Allan, Luiz, Sofia, Lucas, Luan... que são sinônimos de inspiração e alegria;

As entrevistadas e assistentes educacionais de Isadora: Bruna Freitas Ricarte de Melo, Regina Felix Roque Valentim e Milena Matias que contribuíram significativamente para a execução desta pesquisa.